



Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Universidade Nova de Lisboa

Relatório de Gestão | 01-05-2017 a 31-12-2017



1. Introdução	3
2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial.....	4
2.1. Análise de execução orçamental	4
2.1.1. Execução da receita e despesa global	4
2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado	5
2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias	5
2.2. Análise da situação financeira e patrimonial.....	11
2.2.1. Balanço	11
2.2.2. Demonstração de resultados por natureza	12
3. Perspetivas	13



M
M
RE.
D

1. Introdução

O Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) é uma unidade orgânica da Universidade Nova de Lisboa (UNL), cuja missão é dirigida às áreas das Ciências Biomédicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando o ensino, a investigação, a prestação de serviços à comunidade (clínicos, laboratoriais e de saúde pública), a contribuição para a resolução de problemáticas de vital importância para a saúde global em geral, e das regiões tropicais em particular, a cooperação e a divulgação do conhecimento científico.

O Conselho de Gestão é o órgão que garante a gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos do IHMT, sendo presidido pelo Diretor.

Em 2017 a Direção continua a implementar as suas várias agendas de trabalho: qualificação e deslocalização do ensino, reforço do ensino à distância, focalização da investigação, dinamização da cooperação, gestão e avaliação do conhecimento, rentabilização da prestação de serviços, observação da saúde, comunicação, proteção do património museológico, reorganização interna, recuperação das infraestruturas e valorização dos seus colaboradores.

O **ensino** mantém-se a grande prioridade da nossa missão, a nossa **investigação** continua a focar várias áreas de importância para a saúde global e a cooperação internacional permanece transversal a todas essas atividades.

O IHMT encontra-se centrado na concretização dos objetivos que definiu no seu Plano de Ação para 2017, alinhados com a estratégia da NOVA.

Em 21 de fevereiro de 2017, com a publicação do Decreto-Lei nº 20/2017, de 21 de fevereiro, o Estado Português instituiu como Fundação Pública com regime de direito privado, a Universidade Nova de Lisboa, a qual publicou os seus novos Estatutos a 11 de maio de 2017, através do Despacho Normativo nº 2/2017.

Na sequência desta passagem a Fundação, foi necessária a implementação de um novo sistema informático, o qual arrancou no dia 2 de maio, tendo a Universidade NOVA de Lisboa beneficiado de um período de transição de 4 meses, findo o qual procedeu ao respetivo fecho de contas. Assim, o presente Relatório de Gestão refere-se ao período compreendido entre 1 de maio e 31 de dezembro.

Apresenta-se de seguida uma análise económica, financeira e do património do Instituto, como complemento às demonstrações financeiras do período referido, cumprindo o princípio da transparência das contas do IHMT assumido pela nossa gestão.

hc
R.



2. Análise de execução orçamental, financeira e patrimonial

2.1. Análise de execução orçamental

2.1.1. Execução da receita e despesa global

A receita cobrada no período de relato atingiu o montante de 5.874.741,22€, sendo 1.536.926,11€ de saldo de gerência anterior, correspondendo a 26,16% do total. As transferências do Orçamento de Estado (OE) representam 44,01%, as transferências de entidades financiadas pelo OE 14,65%, as transferências provenientes da União Europeia (UE) 1,08% e as receitas próprias 14,10% da receita total.

Para efeitos de análise face ao ano anterior, verifica-se que a receita total cobrada no ano de 2017 ascendeu a 7.758.924,92€, representando um aumento de 0,92%.

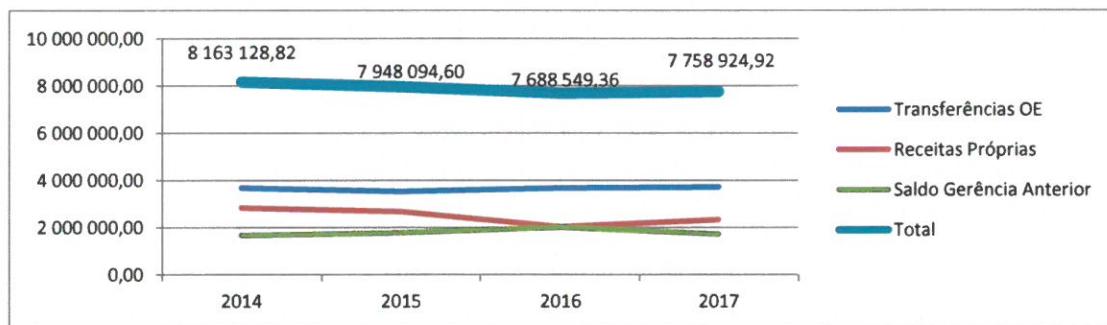


Gráfico 1 – Evolução das receitas arrecadadas

A despesa total paga no período de relato atingiu o montante de 4.347.430,83€, sendo 963.019,83€ de saldo de gerência anterior, correspondendo a 22,16% do total. A despesa executada por transferências do Orçamento de Estado (OE) representa 58,22%, a executada por transferências de entidades financiadas pelo OE 6,95%, a executada por transferências provenientes da União Europeia (UE) 0,24% e por receitas próprias 12,46%.

Para efeitos de análise face ao ano anterior, verifica-se que a despesa total do ano de 2017 ascendeu a 6.231.614,53€, representando um aumento de 4,29%.

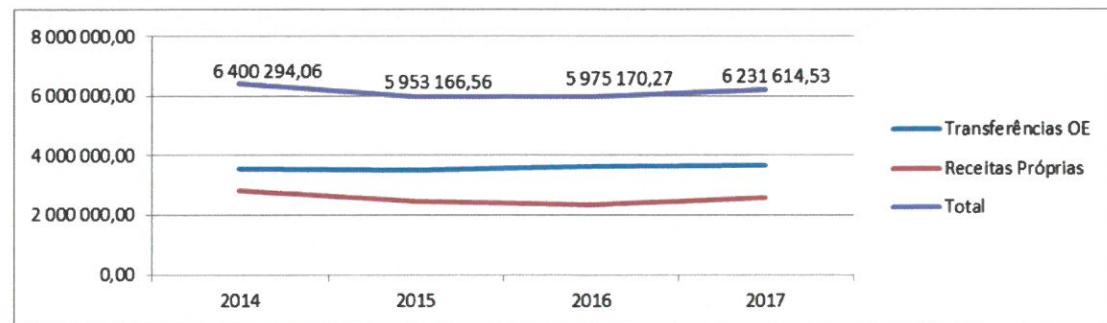


Gráfico 2 – Evolução das despesas pagas



h
R.
8

2.1.2. Execução da receita e despesa: Orçamento de Estado

DESIGNAÇÃO	(em euros)					
	2014	2015	2016	2017	04/2017	12/2017
1- Receitas correntes	3 649 672,00	3 499 641,00	3 644 855,00	3 690 514,03	1 105 857,03	2 584 657,00
2- Receitas de capital	20 000,00	20 000,00	20 000,00	19 999,10	19 293,10	706,00
3- Total (1+2)	3 669 672,00	3 519 641,00	3 664 855,00	3 710 513,13	1 125 150,13	2 585 363,00
TOTAL GERAL (3+4)	3 669 672,00	3 519 641,00	3 664 855,00	3 710 513,13	1 125 150,13	2 585 363,00

Quadro 1 – Evolução da execução da receita - OE

As transferências provenientes do OE passaram de 3.664.855,00€ para 3.710.513,13€, constatando-se um acréscimo de aproximadamente 1,25% (correspondendo a 45.658,13€) relativamente ao período homólogo, justificado pelo aumento das despesas com pessoal resultantes da extinção da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

DESIGNAÇÃO	(em euros)					
	2014	2015	2016	2017	04/2017	12/2017
1- Despesas correntes	3 544 386,27	3 488 611,71	3 619 917,63	3 636 720,38	1 105 857,03	2 530 863,35
a)- Pessoal	3 430 803,86	3 273 908,69	3 619 917,63	3 636 720,38	1 105 857,03	2 530 863,35
b)- Outras despesas	113 582,41	214 703,02	0,00	0,00	0,00	0,00
2- Despesas de capital	19 999,11	18 608,68	19 799,06	19 293,10	19 293,10	
TOTAL GERAL (1+2)	3 564 385,38	3 507 220,39	3 639 716,69	3 656 013,48	1 125 150,13	2 530 863,35

Quadro 2 – Evolução da execução da despesa - OE

2.1.3. Execução da receita e despesa: receitas próprias

DESIGNAÇÃO	(em euros)					
	2014	2015	2016	2017	04/2017	12/2017
Propinas e outras taxas	826 752,17	811 418,28	770 114,30	688 648,36	228 605,73	460 042,63
Bens e serviços	538 369,98	462 317,65	282 388,87	428 687,51	100 772,97	327 914,54
Transferências	1 463 480,51	1 386 517,90	976 226,01	1 215 153,71	252 245,24	962 908,47
Outras receitas	705,41	5 365,01	37,14	2 543,12	956,65	1 586,47
1- Total	2 829 308,07	2 665 618,84	2 028 766,32	2 335 032,70	582 580,59	1 752 452,11
2- Saldo da gerência anterior	1 664 148,75	1 762 834,76	1 994 928,04	1 713 379,09	176 452,98	1 536 926,11
TOTAL GERAL (1+2)	4 493 456,82	4 428 453,60	4 023 694,36	4 048 411,79	759 033,57	3 289 378,22

Quadro 3 – Evolução da execução da receita- receitas próprias

b
R.



A receita arrecadada no período resulta de transferências correntes e de capital (29,27%), de propinas e outras taxas (13,98%) e da venda de bens e serviços correntes (9,98%). O saldo de gerência anterior representa 46,72% do total.

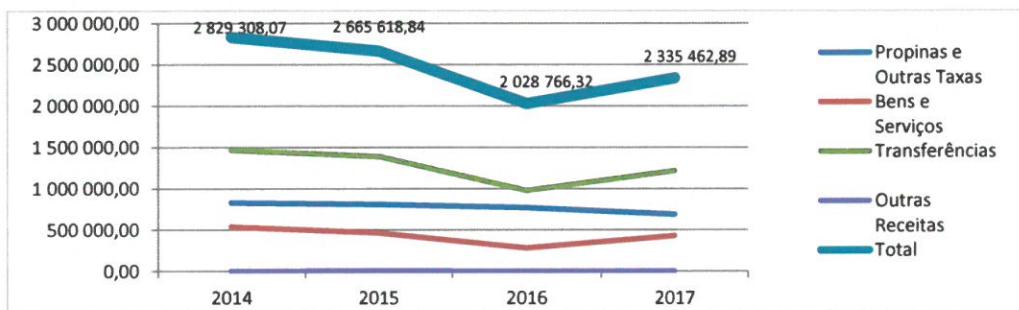


Gráfico 3– Evolução dos recebimentos de receitas próprias

Os recebimentos de propinas ascenderam a 298.560,83€, cabendo o montante de 121.816,94€ a propinas de cursos de 2º ciclo e o montante de 176.743,89€ propinas de cursos de 3º ciclo. Transitou por receber de propinas o montante total de 120.716,40€, sendo 17.169,38€ de cursos de 2º ciclo e 103.547,02€ de cursos de 3º ciclo.

No decorrer da 7.ª edição do mestrado em Microbiologia Médica, partilhado entre unidades orgânicas da Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente ITQB, FCT, FCM e IHMT, arrecadou-se 10.000,00€ de propinas de 2.º ano.

Por sua vez, a FCT procedeu à transferência de propinas, referentes a alunos que beneficiam de bolsas pela frequência no programa de doutoramentos do IHMT, relativamente ao ano de 2016 e 2017, no montante de 35.291,67€.

No âmbito do Programa *Fellow Mundus* recebeu-se o montante de 2.761,00€ para pagamento de propinas de doutoramento e outros emolumentos.

Assinala-se a alteração à tabela de preços de vacinação internacional, com reflexos no modo de faturaçāo e contabilizaçāo, até então consideradas em sede de IVA como não sujeitas e contabilizadas como taxas, passando a faturar-se com IVA à taxa reduzida e a contabilizar-se como venda de bens, com exceção das vacinas contempladas na Portaria n.º 260-A/2011 (vacina contra a febre amarela e da vacina contra a febre tifoide).

Os recebimentos desta natureza ascenderam a 234.793,10€, correspondendo 10.022 vacinas administradas, tendo-se arrecadado, ainda, com a venda do Boletim Internacional de Vacinação 4.565,76€.

bc
R
S



No que respeita a recebimentos provenientes de serviços de análises clínicas a centros hospitalares e outras unidades de saúde arrecadou-se a quantia de 36.506,75€, sendo a receita por cobrar no final do ano de 124.786,09€, encontrando-se 59,83% da dívida concentrada em dois centros hospitalares (Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE – 52.278,50€; Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE – 22.383,55€).

IDENTIFICAÇÃO	(em euros)
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE	52 278,50
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	22 383,55
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	15 487,48
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	6 320,50
Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE	6 106,00
Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER	5 420,00
Centro Hospitalar Barreiro Montijo EPE	5 378,60
Hospital Distrital de Santarém, EPE	3 552,76
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, EPE	2 163,70
Hospital Garcia de Orta, EPE	1 861,70
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER	1 270,00
Centro Hospitalar de Setúbal, EPE	750,50
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE	478,80
Hospital da Horta, EPER	400,00
Centro Hospitalar São João, EPE	260,00
Centro Hospitalar do Oeste	183,50
Hospital das Descobertas - SGHD, SA	150,00
Centro Hospitalar do Algarve, EPE	125,00
Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE	50,00
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE	50,00
Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE	40,00
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE	40,00
Centro Hospitalar Baixo Vouga, EPE	35,50
TOTAL GERAL	124 786,09

Quadro 4 – Detalhe das dívidas de hospitais e outras unidades de saúde

Quanto à receita gerada com análises clínicas a utentes totalizou 16.484,12€.

Relativamente a receitas geradas resultantes de estudos, pareceres, projetos e consultoria na ordem dos 56.809,26€, realça-se os contratos de prestação de serviços com a Liga Portuguesa Contra a Sida (recebimentos na ordem dos 24.372,00€), com a VentilAQUA (recebimentos na ordem dos 14.790,75€), como a GAT – Grupo de Ativistas em Tratamento (5.443,49€), com a Associação Positivo – Grupos de Apoio e Auto-Ajuda (recebimentos na ordem dos 2.987,42€).

No âmbito da receita gerada com outros serviços, salienta-se a concessão da exploração da consulta do viajante (49.200,00€), os serviços de docência (32.000,00€), os patrocínios às diversas atividades (22.564,77€), os serviços de biotério (7.446,42€), os estágios (3.900,00€), as inscrições em seminários e outros similares (5.549,72€).

No âmbito do aluguer de espaços e equipamentos recebeu-se 9.475,00€ referente ao estacionamento e 4.669,78€ referente à concessão da exploração anual da cantina.

b -
P R.



Os recebimentos de transferências correntes e de capital ascenderam a 962.908,47€, continuando a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) a ter um peso significativo no financiamento da atividade desenvolvida, representando 83,61% das transferências totais.

Proveniente da FCT contabilizaram-se transferências no âmbito de projetos de investigação na ordem dos 299.399,52€, sendo 123.252,45€ referente a adiantamentos iniciais, 90.000,00€ referente a projetos de investigação exploratória e 86.147,07€ referente a outros projetos em curso. Recebeu-se financiamento do centro de I&D *Global Health and Tropical Medicine* (GHTM) no montante de 303.811,64€.

As transferências no âmbito de programas de contratação de investigadores doutorados ascenderam a 165.548,39€. Por sua vez, as candidaturas no âmbito do Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC) totalizaram 1.000,00€.

Da Administração Central dos Sistemas de Saúde recebeu-se o financiamento final do projeto *Haitool* na ordem dos 53.706,54€, da *Gilead Sciences* a quantia de 20.000,00€ referente ao Programa Gilead GÉNESE 2016. Proveniente da União Europeia, destaca-se o recebimento da transferência inicial do projeto *ZIKAlliance* na quantia de 54.072,38€ e a transferência de 2.600,00€ referente à ação *COST Action IC1303*.

DESIGNAÇÃO	(em euros)					
	2014	2015	2016	2017	04/2017	12/2017
1- Despesas correntes	2 736 371,75	2 307 666,77	2 124 299,21	2 401 365,15	729 137,75	1 672 227,40
a)- Pessoal	561 294,16	521 157,05	322 253,75	448 628,42	122 657,69	325 970,73
b)- Outras despesas	2 175 077,59	1 786 509,72	1 802 045,46	1 952 736,73	606 480,06	1 346 256,67
2- Despesas de capital	99 536,93	138 279,40	211 154,37	174 255,90	29 895,82	144 360,08
TOTAL GERAL (1+2)	2 835 908,68	2 445 946,17	2 335 453,58	2 575 621,05	759 033,57	1 816 587,48

Quadro 5 – Evolução da execução da despesa – receitas próprias

As receitas próprias e as transferências de entidades financiadas pelo OE e UE mantêm a autossustentabilidade das atividades de investigação; o ensino pós-graduado é financiado pelas propinas e demais emolumentos; a prestação de serviços à comunidade é financiada pelo pelas taxas de vacinação, pelas receitas das análises clínicas e por outras diretamente relacionadas com esta atividade.

À semelhança de períodos anteriores, os encargos com estruturas básicas de apoio às atividades do Instituto foram financiados por receitas próprias. Nestas incluem-se:

- Recursos humanos afetos ao Biotério e Gabinete de Comunicação e Imagem (72.427,57€);
- Missões e outras despesas similares (50.581,10€);
- Formação (3.455,60€);
- Fornecimentos de água e eletricidade (119.268,66€);

b
R R.



8

- Fornecimentos de gás (4.988,34€);
- Fornecimentos de azoto e serviço de aluguer de garrafas industriais (15.971,43€);
- Serviços de segurança e vigilância (64.339,91€);
- Serviços de limpeza e higiene (50.058,05€);
- Serviços de lavandaria e tratamento de vestuário (4.605,12€);
- Desinfestações e serviços de recolha e tratamento de resíduos (4.672,60€);
- Material e serviços de conservação e reparação de edifícios e equipamentos (52.508,80€);
- Serviços de assistência técnica a edifícios, equipamento informático, administrativo e básico (49.741,36€);
- Serviços de comunicações fixas de voz, móveis, acessos à internet e correios (7.103,95€);
- Serviços de licenciamentos de aplicações informáticas (12.266,54€);
- Serviços de fiscalização e auditoria (6.002,40€);
- Serviços de consultoria de comunicação (3.333,30€);
- Impressões, publicidade e outros bens e serviços de comunicação e imagem (27.882,03€);
- Serviços de monitorização de informação (2.767,50€);
- Serviços de consultoria técnica - Biotério (4.059,04€);
- Animais, alimentação, camas e outros bens e serviços inerentes ao Biotério (11.800,25€);
- Material de limpeza e higiene, material de escritório, material elétrico e outro material (16.724,81€);
- B-On e software anti-plágio (5.672,77€);
- Combustível, estacionamentos, portagens da viatura (1.390,81€);
- Encargos bancários, seguros e quotizações (3.725,48€)

As despesas com a aquisição de reagentes e consumíveis de laboratório, com deslocações e estadas, bolsas de investigação, transferências para parceiros e outras aquisições de bens e serviços diretamente relacionados com as principais atividades da instituição totalizaram 723.867,17€.

Refira-se que, até finais do ano de 2012, não existiam quaisquer custos com aquisição de vacinas, sendo as mesmas cedidas pela ARSLVT, traduzindo-se a inversão desta situação no período em análise, em despesa na ordem dos 192.658,99€. Acresce, ainda, a aquisição de boletins de vacinação no valor de 2.600,00€.

Por fim, deu-se continuidade à política de requalificação das instalações e equipamentos, ascendendo o investimento a 144.360,08€, com destaque:

- *Hardware e software* informático (62.117,29€);
- Equipamento de produção do Sistema AVAC do Biotério, substituição do motor das UTAN's (35.893,91€);

b -
B R.



INSTITUTO DE HIGIENE E
MEDICINA TROPICAL
DESDE 1902



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA

- Microscópio tri-ocular, estero-microscópio e câmara de fluxo laminar de segurança biológica (12.420,00€);
- Restauro e conservação do material pétreo e escultura em bronze de Garcia de Orta (12.555,69€);
- Outro equipamento básico (10.997,50€);
- Aparelhos de ar condicionado (6.250,70€);
- Mobiliário para a nova sala de aulas no Piso 1 (1.686,31€);
- Guarda de vidro laminado para exposição (1.571,94€);
- Mobiliário de escritório (866,74€).



*h ~
R/ R.
8*

2.2. Análise da situação financeira e patrimonial

2.2.1. Balanço

À data de encerramento, o total do ativo líquido ascende a 23.015.832,64€ e o total do passivo ascende a 3.826.548,52€, sendo os Fundos Próprios de 19.189.284,12€ (incluindo o resultado líquido negativo 152.688,96€).

O imobilizado corpóreo e incorpóreo bruto atinge o valor de 34.563.394,85€, ao qual correspondem 15.222.772,10€ de amortizações. Os aumentos de ativo bruto ascenderam a 144.360,08€.

Relativamente ao ativo circulante, as existências finais em armazém valorizam-se em 64.013,95€. De salientar que os materiais de laboratório e reagentes, adquiridos diretamente para as unidades de ensino e investigação, encontram-se contabilizados como consumos na data da respetiva aquisição, dado que a maior parte destas aquisições são para consumo imediato.

As dívidas de terceiros de curto prazo ascendem a 323.417,86€, dos quais 104.173,13€ respeitam a dívida de clientes, hospitais e outras unidades de saúde e 219.244,73€ respeitam a alunos. Relativamente à dívida contabilizada de alunos importa salientar que 179.352,27€ provêm da especialização de propinas do ano letivo 2017/18.

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi reduzida em 21.602,15€, justificada pelo recebimento de dívidas de clientes, hospitais e unidades de saúde na ordem dos 16.092,15€ e pelo recebimento de dívidas de alunos na ordem dos 5.510,00€. Reforçou-se a provisão para créditos de cobrança duvidosa em mora há mais de um ano para clientes e alunos em 6.180,68€.

O saldo de encerramento decompõe-se em 2.225,67€ de valores de caixa, em 104.443,21€ de depósitos na banca comercial e 1.359.359,84€ de depósitos no IGCP – Agência da Tesouraria e da Dívida Pública.

Contabilizaram-se acréscimos de proveitos na ordem dos 312.805,21€ no âmbito de financiamentos de projetos que se prevê as respetivas transferências em exercícios seguintes, cujos custos já foram suportados. Quanto a custos diferidos totalizam 13.356,76€.

No que respeita ao passivo, as dívidas a terceiros ascendem a 159.990,92€, correspondendo maioritariamente a despesa de fundos alheios, nomeadamente a quantia de 8.433,73€ referente ao IVA do mês de novembro e dezembro; as quantias de 57.930,72€ e 25.566,29€ dizem respeito, respetivamente, a contribuições para a CGA e SS provenientes do processamento de vencimentos de dezembro; o montante de 1.571,20€ reporta a cauções de fornecedores e o montante de 138,00€ € refere-se a outros.

A rubrica de acréscimos de custos no montante de 612.601,06€ espelha a estimativa apurada com as remunerações de férias, subsídio de férias e encargos da entidade patronal a liquidar em junho de 2018.

A rubrica de proveitos diferidos ascende a 3.053.956,54€ compreende o montante de 303.825,00€ de



L C
R.

propinas de mestrados e doutoramentos, o montante de 1.552.678,81€ de projetos e subsídios e o montante de 1.197.452,73€ referente a subsídios para investimentos.

2.2.2. Demonstração de resultados por natureza

Os custos e perdas totais ascendem a 4.920.056,31€ e o total dos proveitos ascendem a 4.767.367,35€, pelo que o exercício foi encerrado com um resultado líquido negativo no valor 152.688,96€.

Os custos e perdas operacionais do exercício ascendem a 4.528.725,85€, correspondendo 66,19% a custos com o pessoal; 18,87% a custos com fornecimentos e serviços externos; 5,20% a custos com amortizações do exercício; 5,04% a custos com transferências correntes concedidas e prestações sociais; 4,18% ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas; 0,38% a outros custos operacionais e 0,14% a provisões do exercício.

Os custos e perdas extraordinários ascendem a 387.826,56€, dos quais se evidenciam os custos incorridos no âmbito da especialização de projetos de investigação e da especialização de estimativas com remunerações na ordem dos 99,79%.

Os custos e perdas financeiras ascendem a 3.503,90€, sendo que este valor é totalmente referente a custos com serviços bancários.

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 4.175.572,52€, dos quais 61,60% respeitam a proveitos associados às transferências do OE; 19,87% a transferências e subsídios correntes obtidos; 11,71% a proveitos provenientes de impostos e taxas; 6,54% a proveitos de vendas e prestações de serviços e 0,29% a proveitos suplementares.

Os proveitos e ganhos extraordinários ascenderam a 590.422,20€, dos quais 88,86% referem-se a proveitos reconhecidos oriundos da especialização de projetos de investigação. Os proveitos no âmbito dos subsídios ao investimento foram reconhecidos de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a que se destinaram, correspondendo a 7,20% dos proveitos desta natureza. As reduções de provisões correspondem a aproximadamente 3,66% destes ganhos.

Os proveitos e ganhos financeiros corresponderam a 1.372,63€, dos quais 99,98% referem-se a descontos obtidos em pagamentos e 0,02% se referem a diferenças de câmbio favoráveis.



3. Perspetivas

O Conselho de Gestão definiu para o ano de 2018 um Plano de Ação, que assenta nos seguintes objetivos estratégicos, agrupados em 3 áreas: Ensino, Investigação e Cooperação.

Ensino

- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, incluindo a formação técnico-profissional e direcionar a oferta pedagógica para mercados específicos, deslocalizando-o quando apropriado e reforçando o EAD quando oportuno;
- ✓ Criar novos Programas de Ensino.

Investigação

- ✓ Alinhar a investigação nas áreas de excelência do GHTM, reforçando a capacidade tecnológica e identificando novas áreas de trabalho.

Cooperação

- ✓ Manter a oferta de cursos partilhados e criar novos;
- ✓ Participar em projetos de investigação conjuntos;
- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, incluindo a formação técnico-profissional, colaborando com outras universidades portuguesas;
- ✓ Assegurar a qualidade e a eficiência no ensino, colaborando com universidades internacionais, quando vantajoso;
- ✓ Garantir uma capacidade de resposta rápida a emergências;
- ✓ Alinhar a cooperação e apoio ao desenvolvimento com o reforço de redes de instituições de formação, investigação e de prestação de cuidados de saúde nos países lusófonos;
- ✓ Reforçar a presença e colaboração com instituições de cooperação multilateral;
- ✓ Valorizar a vertente clínica das atividades institucionais;

O Conselho de Gestão,

